

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

Lei nº 2635, de 20 de janeiro de 2009.

Institui a Política Niteroiense de Combate ao Aquecimento Global e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Niterói decreta e sanciona e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui a Política Niteroiense de Combate ao Aquecimento Global, que tem por objetivos reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa na cidade, maximizar os benefícios resultantes de mudanças na matriz energética do País, sem retardar o processo de crescimento econômico.

Art. 2º - A Política Municipal de Atenuação do Aquecimento Global será implantada com base nos seguintes princípios:

- I – utilização de fontes alternativas de geração de energia elétrica;
- II – promoção do aumento da eficiência no uso da energia nos processos industriais, residências, no transporte individual, no transporte público e no transporte de cargas;
- III – substituição de combustíveis fósseis por bio-combustíveis, tais como o etanol e o biodiesel, no transporte público e no transporte de cargas;
- IV – proteção de florestas e outros sumidouros naturais do carbono;
- V – integração entre ações locais, regionais e nacionais, visando otimizar a aplicação dos recursos financeiros;
- VI – cooperação entre órgãos de governo e organizações não governamentais;
- VII – uso de mecanismos de mercado para promover redução da emissão de gases causadores do efeito estufa.

Art. 3º - Para os fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

- I – aquecimento global: aumento da temperatura média da superfície da Terra causado principalmente pela emissão de gases que provocam o efeito estufa;
- II – gases causadores do aquecimento global: dióxido de carbono, monóxido de carbono, óxido nitroso, metano, hidrofluorcarbonos, perfluorcarbonos, hexafluor sulfuroso, e qualquer outro gás produzido por atividades humanas que a literatura científica verifique ser agente do aquecimento global;
- III – seqüestro de carbono: processo de estocagem do excesso de gases causadores do aquecimento global na biosfera, no subsolo e nos oceanos, e por prazo longo e indeterminado;
- IV – comércio de emissões: mercado nacional e internacional no qual uma empresa, que tenha diminuído as emissões de gases causadores do efeito estufa a níveis abaixo da meta de emissão, transfere o excesso das reduções para outra empresa que não tenha alcançado tal condição;
- V – créditos de carbono: certificados emitidos pelo Governo Federal a serem negociados em mercado nacional e internacional, relativos a reduções de emissão de gases do efeito estufa que superem as metas estabelecidas para redução de emissões, ou relativas a seqüestro de carbono, quantificados em toneladas equivalentes de gás carbônico;
- VI – meta de redução de emissão: meta de redução da emissão de gases causadores do aquecimento global definida com base em uma cota máxima da emissão desses gases para diferentes empresas e setores da economia;
- VII – equivalente de gás carbônico: resultado da multiplicação das toneladas emitidas dos gases do efeito estufa pelo seu potencial de aquecimento, em comparação com o potencial de aquecimento do gás carbônico.

Art. 4º - Cumpre ao Poder Público:

- I – implementar metas de redução das emissões para o Município e nos diversos setores da economia e da sociedade;
- II – fiscalizar o cumprimento das metas de redução das emissões;
- III – participar do mercado nacional para a compra e a venda de créditos de carbono;
- IV – realizar estudos sobre a quantidade equivalente de gás carbônico que as reservas niteroienses são capazes de absorver, de modo a evitar a super avaliação ou a subavaliação dos valores pagos por meio dos créditos de carbono;
- V – promover o uso de técnicas para manejo florestal que reduzam a emissão dos gases causadores do aquecimento global ou que promovam o seqüestro de carbono;
- VI – desenvolver projetos de captura de gás em aterros sanitários, tratamentos de dejetos e reaproveitamento de biogás;
- VII – implementar programas de substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis para veículos utilizados no transporte individual, no transporte público e no transporte de cargas;
- VIII – desenvolver projetos de compostagem de resíduos sólidos urbanos que levem à redução das emissões;
- IX – desenvolver, em parceria com o setor privado, projetos para a geração de energia elétrica por fontes renováveis, baseados no uso de biomassa, energia das marés, energia eólica e pequenas e médias centrais hidrelétricas;
- X – incentivar e promover atividades de reflorestamento que acarretem o seqüestro de carbono;
- XI – implementar programas de substituição do gás de cozinha por biogás;
- XII – incentivar e promover a substituição do aquecimento de água para uso doméstico em que se emprega eletricidade ou gás canalizado, por sistemas baseados na utilização de energia solar;
- XIII – promover programas de educação da sociedade civil voltados para intensificar o uso mais eficiente e econômico da energia elétrica;
- XIV – desenvolver programas de redução das queimadas e do desmatamento;
- XV – realizar estudos sobre os impactos sociais e econômicos decorrentes do aquecimento global no Brasil e, em especial, em Niterói;
- XVI – desenvolver programas multifocais para minimizar os efeitos nocivos do aquecimento global para Niterói.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 20 de janeiro de 2009.

Jorge Roberto Silveira - Prefeito

(Proj. nº. 082/2007- Autor Ver.: Leonardo Giordano).

Lei nº 2636, de 20 de janeiro de 2009.

Dispõe sobre a Proteção e Defesa do usuário do Serviço Público do Município de Niterói e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Niterói Decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos Serviços Públicos prestados pelo município.

§ 1º As normas desta Lei visam à tutela dos direitos do usuário e aplicam-se aos serviços públicos prestados:

- a) pelas Administrações Públicas direta, indiretas e fundacional;
- b) por particular mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convênio.

§ 2º Esta Lei se aplica aos particulares somente no que concerne ao serviço público delegado.

Art. 2º Periodicamente o Poder Executivo publicará e divulgará quadro geral dos serviços públicos prestados pelo município especificando os órgãos ou entidades responsáveis por sua realização.

CAPITULO II
DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS

SEÇÃO I Dos Direitos Básicos

Art. 3º - São direitos básicos do usuário:

- I- a informação;
- II- a qualidade na prestação do serviço;
- III - controle adequado do serviço público.

Parágrafo único. Para adequada prestação de serviços públicos é indispensável à participação do usuário no planejamento execução e fiscalização dos serviços públicos, cabendo às pessoas de direito público e às de direito privado assegurar os meios necessários ao seu efetivo exercício.

SEÇÃO II

Do Direito à Informação

Art. 4º O usuário tem direito de obter as informações precisas sobre:

- I - o horário de funcionamento das unidades administrativas;
- II - o tipo de atividade exercida em cada órgão, sua exata localização e a indicação do responsável pelo atendimento ao público;
- III - os procedimentos para acesso a exames, formulários e outros dados necessários à prestação de serviços;
- IV - a autoridade ou órgão encarregado de receber queixas, reclamações ou sugestões;
- V - a tramitação de processos administrativos que figure como interessado;
- VI - as decisões proferidas, respectiva motivação, inclusive opiniões divergentes constantes de processo administrativo em que figure como interessado.

§ 1º O direito a informação será sempre assegurado, salvo nas hipóteses de sigilo previsto, na Constituição Federal;

§ 2º A notificação, a intimação ou aviso relativos à decisão administrativa, que devam ser formalizados por meio de publicação no órgão oficial, somente serão feitos a partir do dia em que o respectivo processo estiver disponível para a vista do interessado, na repartição competente.

Art. 5º Para assegurar o direito à informação prevista no artigo 4º, o prestador de serviço público deve oferecer aos usuários acesso à:

- I- atendimento pessoal por telefone ou outra via eletrônica;
- II-informação computadorizada, sempre que possível;
- III-banco de dados referentes à estrutura dos prestadores de serviços;
- IV- informações demográficas e econômicas a caso existentes, mediante divulgação;
- V- programa de informações, a que se refere o artigo 28;
- VI-minutas de contrato com utilização de caracteres legíveis de fácil compreensão;
- VII - sistema de comunicação visual adequado, com cartazes, indicativos, crachás etc.;;
- VIII - informações relativas à composição das taxas e tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos recebendo o usuário em tempo hábil, cobrança por meio de documento contendo os dados necessários à exata compreensão da extensão do serviço prestado;
- IX - banco de dados de interesse público, contendo informações quanto a gastos, licitações e contratações de modo a permitir acompanhamento e maior controle da utilização dos recursos públicos por parte do contribuinte.

SEÇÃO III: Do Direito a Controle
Qualidade do Serviço

Art. 6º O usuário faz jus à prestação de serviços públicos de boa qualidade.

Art. 7º O direito a qualidade do serviço exige dos agentes públicos e prestadores de serviços públicos:

- I - urbanidade e respeito no atendimento aos usuários do serviço;
 - II - atendimento por ordem de chegada assegurando prioridade a idosos, grávidas, doentes e deficientes físicos;
 - III - igualdade de tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação;
 - IV - racionalização na prestação de serviços;
 - V - adequação entre meios e fins, vedando imposições, obrigações, restrições e sanções não previstas em lei;
 - VI - cumprimento de normas e prazos procedimentais;
 - VII - adoção de medidas de proteção à saúde ou segurança dos usuários;
 - VIII - fixação de horários e normas compatíveis ao bom atendimento do usuário;
 - IX - manutenção de instalações limpas, sinalizadas acessíveis e adequadas ao serviço ou ao atendimento;
 - X - observância dos Códigos de Ética aplicáveis às várias categorias de agentes públicos;
- Parágrafo único. O planejamento e o desenvolvimento de programas de capacitação gerencial e tecnológica na área de recursos humanos, aliados a utilização de equipamentos modernos, são indispensáveis à boa qualidade do serviço público.

SEÇÃO IV: Do Direito ao Controle
Adequado do Serviço

Art. 8º O usuário tem direito ao controle adequado ao serviço.

§ 1º **VETADO**

a) **VETADO**

b) **VETADO**

§ 2º **VETADO**

Art. 9º **VETADO**

I – **VETADO**

II – **VETADO**

III – **VETADO**

IV – **VETADO**

V - **VETADO**

VI – **VETADO**

Parágrafo único. **VETADO**

Art. 10 – **VETADO**

CAPITULO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I – Disposições Gerais

Art. 11 Os prestadores de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 12 O processo administrativo para apuração de atos ofensivos as normas desta Lei, compreende quatro fases: Sindicância, Instauração – Instrução e Decisão.

Art. 13 Os procedimentos administrativos advindos da presente Lei serão impulsionados e instruídos de ofício e observarão os princípios de igualdade do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da celeridade, da economia, da proporcionalidade dos meios aos fins, da razoabilidade e da boa fé.

Art. 14 Todos os atos administrativos do processo terão forma escrita, com registro em banco de dados próprio, indicando a data e o local de sua emissão e contendo assinatura de agente público responsável.

Art. 15 Serão observados os seguintes prazos no processo administrativo, quando outros não forem estabelecidos em Lei:

- I- 2 (dois) dias para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos e outras providências de simples expediente;
- II- 4 (quatro) dias para efetivação de notificação ou intimação pessoal;
- III- 5(cinco) dias para elaboração de informe sem caráter técnico;
- IV- 15 (quinze) dias para elaboração de pareceres, perícias, informes técnicos, prorrogáveis por mais dez dias, a critério da autoridade superior, mediante pedido fundamentado;
- V- 5 (cinco) dias para decisões no curso do processo;
- VI- 15 (quinze) dias a contar do término da instrução, para decisão final;

VII- 10 (dez) dias para manifestação em geral do usuário ou providências a seu cargo.

SEÇÃO II: Da Instauração

Art. 16 O processo administrativo será instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer usuário de serviço público, bem como dos órgãos ou entidades de defesa do consumidor.

Art. 17 A instauração do processo por iniciativa da Administração far-se-á por ato da infração devendo conter:

- I – a identificação de denunciante ou de quem o represente;
- II – o domicílio do denunciante ou local para recebimento de comunicação;
- III – informações sobre o fato e sua autoria;
- IV – indicação das provas de que tenha conhecimento;
- V - data e assinatura do denunciante.

§ 1º O requerimento verbal deverá ser reduzido a termo;

§ 2º Os prestadores de serviços deverão colocar a disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a apresentação do requerimento previsto no *caput* deste artigo, contendo reclamações e sugestões, ficando facultado ao usuário a sua utilização.

Art. 18 Em nenhuma das hipóteses será recusado o protocolo de petição, reclamação ou representação formulada nos termos da Lei, sob responsabilidade do agente.

Art. 19 Será rejeitada, por decisão fundamentada, a representação manifestamente improcedente.

§ 1º Da rejeição caberá recurso no prazo de 10 dias a contar da intimação do denunciante ou seus representantes.

§ 2º O recurso será dirigido a autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir devidamente informado.

Art. 20 Durante a tramitação do processo é assegurado ao interessado:

- I- fazer-se assistir facultativamente por advogado, salvo quando obrigatória à representação por força da lei;
- II- ter vista dos autos, e obter cópias dos documentos nele contidos;
- III- formular alegações e apresentar documentos que, juntados aos autos, serão apreciados pelo órgão responsável pela apuração dos fatos.

SEÇÃO III – Da Instrução

Art. 21 Para instrução do processo a Administração atuará de ofício, sem prejuízo do direito dos interessados de juntar documentos, requerer diligências e perícias.

Parágrafo único. Os atos de instrução que exijam a atuação do interessado, devem realizar-se de modo menos oneroso para este.

Art. 22 Serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, admitindo-se toda e qualquer forma de prova, salvo as obtidas por meio ilícito.

Art. 23 Ao interessado e ao seu procurador é assegurado o direito de retirar os autos da repartição ou unidade administrativa mediante assinatura de recibo, durante o prazo para manifestação, salvo na hipótese de prazo comum.

Art. 24 Quando for necessária a prestação de informações ou apresentação de provas pelos interessados ou terceiros estes serão intimados para este fim com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, prazo, forma e condição de atendimento.

Parágrafo único. Quando a intimação for feita ao denunciante para fornecimento de informações ou de documentos necessários à apreciação e apuração da denúncia o não atendimento implicará no arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter dados solicitados.

Art. 25 Concluída a instrução, os processos terão o prazo de dez dias para a manifestação pessoal ou por meio de advogado.

SEÇÃO IV: Da Decisão

Art. 26 O Órgão responsável pela apuração de infração às normas desta Lei, deverá proferir a decisão que conforme o caso poderá determinar:

- I – o arquivamento dos autos;
- II – o encaminhamento dos autos aos órgãos competentes para apurar os ilícitos administrativos, civis e criminais se forem o caso;
- III – a elaboração de sugestões para melhoria dos serviços públicos, correções erros, omissões, desvios ou abusos na prestação dos serviços, prevenção e correção de atos e procedimentos incompatíveis com as normas desta lei, bem como proteção dos direitos do usuário.

CAPITULO IV: DAS SANÇÕES

Art. 27 A infração às normas desta Lei sujeitará o servidor público às sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e nos regulamentos das entidades de Administração direta, indireta e fundacional, sem prejuízos de outras de natureza administrativa, civil ou penal.

Parágrafo único. Para as entidades particulares delegatárias do serviço público, a qualquer título, as sanções aplicáveis são as previstas nos respectivos atos de delegação com base na legislação vigente.

CAPITULO V: DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO USUÁRIO DE SERVIÇO PÚBLICO

Art. 28 Fica instituído o Sistema Municipal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, que terá por objetivo criar e assegurar:

- I- canal de comunicação direto entre os prestadores de serviços e os usuários , a fim de aferir o grau de satisfação destes últimos e estimular a apresentação de sugestões;
- II- programa integral de informação para assegurar ao usuário o acompanhamento e fiscalização do serviço público;
- III- programa de qualidade adequado, que garanta os direitos do usuário;
- IV- programa de educação do usuário, compreendendo a elaboração de manuais informativos dos seus direitos, dos procedimentos disponíveis para o seu exercício e dos órgãos endereços para apresentação de queixas e sugestões;
- V- programa de racionalização e melhoria dos serviços públicos;
- VI- mecanismos alternativos e informais de solução de conflitos, inclusive contemplando formas de liquidação e de obrigações decorrentes de danos na prestação de serviços públicos;

VII - programa de incentivo à participação de associações e órgãos representativos de classes ou categorias profissionais para defesa dos associados;

VIII - programa de treinamento e valorização dos agentes públicos;

IX - programa de avaliação dos serviços públicos prestados.

§ 1º Os dados colhidos pelo canal de comunicações serão utilizados na realimentação do programa de informações, com o objetivo de tornar os serviços mais próximos da expectativa dos usuários.

§ 2º O Sistema Municipal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, divulgará anualmente , a lista de órgãos públicos contra os quais houve reclamações em relação à sua eficiência, indicando a seguir, os resultados dos respectivos processos.

Art. 29 **VETADO**

I- **VETADO**

II- **VETADO**

III - **VETADO**

IV - **VETADO**

Parágrafo único – **VETADO**

Art. 30 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 20 de janeiro de 2009.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito
(Proj. nº. 048/2008 – Autor Ver.: Wolney Trindade)

Ofício nº 32/2009.
Niterói, 20 de janeiro de 2009.
Senhor Presidente,
Dirijo-me a Vossa Excelência para restituir os Autógrafos do Projeto de Lei nº 48/08, de autoria do Nobre Vereador Wolney Trindade.
Infelizmente, não me foi possível sancionar o Projeto em sua integralidade, em vista das razões adiante expostas, que me levaram a vetá-lo parcialmente.
Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a seus Dignos Pares meus protestos de elevada estima e distinta consideração.
Jorge Roberto Silveira
Prefeito

Exmo. Sr.
Vereador Paulo Roberto Mattos Bagueira Leal
Presidente da Câmara Municipal de Niterói
10/1608/2008

Razões do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 48/2008

Vejo-me instado a vetar parcialmente, o Projeto de Lei nº 48/2008, de autoria do Nobre Vereador Wolney Trindade, o qual me veio em Autógrafos, nos termos do § 1º, do artigo 54, da Lei Orgânica do Município de Niterói.
Dispõe o Projeto sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de Niterói e dá outras providências.
Na manifestação da douta PPMP, se posicionando pela inconstitucionalidade dos artigos 9º, 10, 29 e também dos §§ 1º e 2º do artigo 8º, pois que tratam de matéria cuja iniciativa é exclusiva do Prefeito, a Teor do artigo 49 da LOMM.
Trata-se, sem margem à dúvida, de matéria que versa sobre assunto de interesse local, na medida em que a proteção se dirige ao usuário de serviços públicos prestados pela Administração direta e indireta (art. 1º, § 1º, 'a'), ou por particular nas condições previstas na alínea 'b' do mesmo dispositivo legal.
Vejo-me instado a vetar os artigos 9º, 10, 29 e também os parágrafos 1º e 2º do artigo 8º, na esteira do entendimento esposado pela douta PPMP, posto que tais dispositivos adentram em matéria cuja competência é exclusiva do Prefeito, na forma do art. 49, III, da LOMM, na medida em que importam na criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos na Administração Pública.
Sendo assim, apesar de meritória a intenção do Projeto, vejo-me na obrigação de vetá-lo parcialmente, na forma do artigo 54, § 2º da Lei Orgânica do Município.

DECRETO N.º 10462/2009.
O Prefeito Municipal de Niterói, de acordo com o disposto no inciso VI, do artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Niterói, de 04 de abril de 1990.

DECRETA :

Art. 1º - A Subsecretaria de Modernização Administrativa da Secretaria Municipal de Administração, símbolo SS, criada pela Lei nº 2.042, de 28 de dezembro de 2002, sem aumento de despesas, passa a denominar-se Subsecretaria de Gestão de Pessoal e de Pagamento, tendo como Órgãos subordinados:
I- O Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, símbolo DG, que, sem aumento de despesas, passa a denominar-se Departamento de Pessoal;
II- A Superintendência de Pagamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, símbolo DG que, sem aumento de despesas, passa a denominar-se Departamento de Pagamento de Pessoal.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2009, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Niterói, 20 de janeiro de 2009.
Jorge Roberto Silveira - Prefeito

Portarias

Torna insubsistente a Portaria nº 575/2009, publicada em 02/01/2009 (Portaria nº 1960/2009).
Exonerar, a contar de 01/01/2009, Alenilta Dias Calvert do cargo de Diretora do Departamento de Recursos Humanos, DG, da Secretaria Municipal de Administração, por ter sido nomeada para cargo incompatível (Port. nº 1961/2009).
Exonerar, a contar de 01/01/2009, Jair Pereira da Silva do cargo de Chefe da Divisão de Direitos e Vantagens, CC-2, do Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração, por ter sido nomeado para cargo incompatível (Port. nº 1962/2009).
Exonerar, a contar de 01/01/2009, Guilherme Francisco Gonçalves do cargo de Superintendente, DG, da Superintendência de Pagamento de Pessoal, da Secretaria Municipal de Administração, por ter sido nomeado para cargo incompatível (Port. nº 1963/2009).
Considerar nomeada, a contar de 01/01/2009, Alenilta Dias Portugal para o cargo de Subsecretaria de Gestão de Pessoal e de Pagamento, SS, da Secretaria Municipal de Administração, em virtude da transformação determinada pelo Decreto nº 10462/2009 (Port. nº 1964/2009).
Considerar nomeado, a contar de 01/01/2009, Jair Pereira da Silva para o cargo de Diretor do Departamento de Pessoal, DG, da Subsecretaria de Gestão de Pessoal e de Pagamento, da Secretaria Municipal de Administração, em virtude da transformação determinada pelo Decreto nº 10462/2009 (Port. nº 1965/2009).
Considerar nomeado, a contar de 01/01/2009, Guilherme Francisco Gonçalves para o cargo de Diretor do Departamento de Pagamento de Pessoal, DG, da Subsecretaria Gestão de Pessoal e de Pagamento, da Secretaria Municipal de Administração, em virtude da transformação determinada pelo Decreto nº 10462/2009 (Port. nº 1966/2009).
Considerar nomeada, a contar de 01/01/2009, Marilda Scaffo Passos para o cargo de Chefe da Divisão de Direitos e Vantagens, CC-2, do Departamento de Pessoal, da Subsecretaria de Gestão de Pessoal e de Pagamento, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga decorrente da exoneração de Jair Pereira da Silva (Port. nº 1967/2009).
Torna insubsistente a Portaria nº 1787/2009, publicada em 15/01/2009 (Portaria nº 1968/2009).

Despacho do Prefeito

Proc. nº 180/0022/2009 – Autorizo

Corrigendas
Lei Municipal nº 2629/2009 - (LOA)
Publicada em 03/01/2009 no Jornal “A Tribuna”.
No Art. 6º, item 2, despesa por Órgão:
Onde se lê:
“40.00 – Administração Regional do Caramujo e Ititioca 257.400”
Leia-se:
“40.00 – Administração Regional do Caramujo e Ititioca **257.000”**

Na Portaria nº 1883/2009, publicada em 19/01/2009, exclua-se: Portaria nº 1589/2009.
Na publicação do dia 20/01/2009, onde se lê: Portaria nº 1859/2009... torna insubsistente a Port. nº 1589/2009, leia-se: Portaria nº 1959/2009.
Na Portaria nº 1865/2009, publicada em 20/01/2009, exclua-se: a Portaria nº 782/2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Despachos do Secretário
Licença especial – Indeferido
20/6993/2008 – Luiz Carlos Mendes
Licença especial - Deferido
20/6929/2008 – Luciléa Amaral da Silva Leal – de 02.02 a 02.5.2009
Contagem licença especial em dobro – Deferido
20/6090/2008 – Cosme Sacramento Ribeiro
Contagem de licença prêmio em dobro – Deferido
20/6853/2008 – Antonio Felipe de Campos
Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar
Portaria nº 192/2008 – Proc. 20/6590/2008
Edital de Citação
Citada: Dilea Amorim Caria, Agente Administrativo, matrícula 228487-5
Assunto: apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195 da Lei 531/85;
Prazo: 10 dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 dias; Fundamentação legal: art. 241, §§ 2º e 4º da Lei 531/85; Vista dos autos: Sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba nº 987, 5º andar; Horário: 09:00 as 17:00 horas.
Comissão de Inquérito Administrativo Disciplinar
Portaria nº 001/2009 – Proc. 200/15248/2008
Edital de Citação
Citada: Márcia Cristina Sant’Ana Moreira, Técnico de Enfermagem, matrícula 432.713-6.
Assunto: apresentar defesa por estar incurso no inciso XIII do art. 195 da Lei 531/85;
Prazo: 10 dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 dias; Fundamentação legal: art. 241, §§ 2º e 4º da Lei 531/85; Vista dos autos: Sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba nº 987, 5º andar; Horário: 09:00 as 17:00 horas.
Departamento de Recursos Humanos
Despachos da Diretora
Adicional – Deferido
20/6638/2008 – Joê Vieira
20/6895/2008 – Manoel Francisco Ribeiro
20/7103/2008 – Riel Escotiel Viana
20/6883/2008 – Sebastião Fróes de Abreu

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE URBANO
Departamento de Fiscalização de Obras
Comunicação
O Diretor do Departamento de Fiscalização de Obras comunica que os abaixo relacionados, após terem sido intimados e/ou autuados, recusaram-se a assinar ou receber as intimações e os autos de infrações.
Condomínio do Edifício Santo Antonio – Rua Dr. Nilo Peçanha nº 39, Ingá – Int. 4280/09; Proprietário – Av. 2, qd. 43, lt. 21, Maravista – Int. 2973/09; Proprietário – Rua Mel. Gomes Xavier nº 164, lt. 16, qd. 6, Maravista – Int. 2976; Proprietário – Alameda São Boaventura nº 29, Fonseca – Int. 9975/09; Proprietário – Av. Jorn. Alberto Francisco Torres nº 463/1201, Icaraí – Int. 9777/09; Proprietário – Rua Visconde do Rio Branco s/nº, Centro – Int. 9778/09; João Antonio da Silva e SM – Rua Ulisses de Oliveira Madruga, lt. 28, qd. 13, Maravista – A.I. 22416/09; Ezio José C. de M. Junior – Rua Ulisses de Oliveira Madruga, lt. 23, qd. 13, Maravista – A.I. 22414/09; Walmir Sebastião Pinto – Rua Ulisses de Oliveira Madruga, lt. 24, qd. 13, Maravista – A.I. 22415/09.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TRÂNSITO E TRANSPORTES
Ato do Secretário
Portaria
Autorizar o servidor Fiscal do Sistema Viário, **Acyr Lopes dos Santos**, Matrícula nº 221.298-3, assinar **Interinamente**, os processos referentes a Emplacamento, Transferência e baixa dos Transportes Categoria **Aluguel – Táxi**, deste Município (Portaria nº SSPTT-002-G/2009).

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Extrato nº 58/2008; Instrumento: Termo Aditivo nº 29/2008; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda; Objeto: Dar Continuidade a Prestação de Serviços de Limpeza, Higienização e Desinfecção das Unidades de Saúde desta FMS; Valor Total: R\$ 7.262.846,04 (sete milhões, duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos); Verba: Programa de Trabalho nº 2542.10.302.0051.2216, Código de Despesa nº 3390-37, Fonte nº 207, Nota de Empenho nº 4027/2008, Datada de 01/12/2008; Prazo: 12 (doze) meses; Fundamento: Lei nº 8.666/93; Assinatura: 01 de dezembro de 2008.
Coordenadoria de Recursos Humanos
Exoneração (Deferido)
Exonerar, a contar de 03/11/2008, de acordo com Artigo 84, inciso I, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985, **Anna Claudia Evangelista dos Santos**, do cargo de Médico Pediatra Urgência e Emergência, do Quadro Permanente, matrícula FMS nº 436378-4, referente ao processo nº 200/15138/2008 datado de 04/11/2008 (**Port. nº 034/2009**).
Exonerar, a pedido, a contar de 25/11/2008, de acordo com Artigo 84, inciso I, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985, **Richard Wagner Oliveira de Souza**, do cargo de Técnico em enfermagem, do Quadro Permanente, matrícula FMS nº 436.226-5, referente ao processo nº 200/15815/2008, datado de 25/11/2008 (**Port. nº 035/2009**).
Exonerar, a contar de 22/12/2008, de acordo com Artigo 84, inciso I, da Lei nº 531 de 18 de janeiro de 1985, **Aline de Macedo Rodrigues**, do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro Permanente, matrícula FMS nº 435269-6, referente ao processo nº 200/16675/2008 datado de 19/12/2008 (**Port. nº 036/2009**).
Auxílio Alimentação (Deferido)
200/16532/2008- Carlos Alexandre Gonçalves Ferreira
200/16333/2008- Raphael Quintanilha da Silva
Auxílio Transporte (Deferido)
200/16254/2008- Miguel Carlos da Silva Nunes
200/16332/2008- Raphael Quintanilha da Silva
Averbação de Tempo de Serviço (Deferido)
200/401/2009- Maria Isabel Gonçalves Cabral
Readaptação de Função (Deferido)
200/15960/2008- Denise de Araujo Coutinho dos Santos
Insalubridade (Deferido)
200/16552/2008- Adriana Cerdeira da Silva
200/16208/2008- Denyr da Silva Costa
200/16073/2008- Raquel Horta Fialho do Amaral
200/16072/2008- Claudia Lonfredi
200/11730/2008- Wilson Pereira Caldas
200/11777/2008- Robson Sardinha de Andrade
200/11778/2008- Washington Luiz Martins Peixoto

200/14707/2008- Maria Claudia Almeida Aguiar
200/15852/2008- Sebastião Felix Pereira Júnior
200/15499/2008- Izaías da Cruz da Penha
200/15462/2008- Frederico Boa Hora Rodrigues Torres
200/16483/2008- Patricia Dias Mondarto

Insalubridade (Indeferido)

200/16429/2008- Tania Giannattasio Dias
200/15141/2008- Luana Maria de Aguiar Silva
200/16351/2008- Carlos Olinda Lessa
200/16350/2008- Marlete Rodrigues
200/16657/2008- Cleonice dos Santos Alves

Retorno de Insalubridade (Indeferido)

200/15997/2008- Almir Coutinho de Oliveira

Licença Prêmio (Deferido)

200/15233/2008- Luís Sérgio Azevedo dos Santos, 03 (três) meses, a partir de 02/02/2009 a 02/05/2009 (**Port. nº 004/2009**).

200/11262/2008- Maria Isabel Gonçalves dos Santos, 01 (um) mês, a partir de 18/11/2009 a 17/12/2009 (**Port. nº 005/2009**).

200/9487/2008- Nélio de Oliveira Vieira, 03 (três) meses, a partir de 02/03/2009 a 30/05/2009 (**Port. nº 006/2009**).

200/15117/2008- Julio Cesar Velasques Reis, 01 (um) mês, a partir de 04/03/2009 a 02/04/2009 (**Port. nº 007/2009**).

Licença Prêmio (Indeferido)

200/04685/1999- Andréa Garcia de Sá
200/12752/2006- Clemir Tarouquela Curvelo

Prorrogação de Licença Sem Vencimento (Deferido)

Conceder, em prorrogação, a contar de 05/03/2009, de acordo com § 2º do Artigo 129, da Lei nº 531, de Janeiro de 1985, ao Médico Sanitarista **Renato José Alves de Figueiredo**, nível Superior, do Quadro Permanente, matrícula FMS nº 231.674-3, 02 (dois) anos Licença Sem Vencimentos, concedida através da Portaria nº 035/2007, publicada em 27/02/2007, referente ao processo nº 200/1524/2007 de 23/01/2007. **Referente ao processo nº 200/100/2009 de 06/01/2009 (Port. nº 008/2009).**

**COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA
DE NITERÓI – CLIN
Despacho do Presidente**

Termo Aditivo nº 03/08 ao Contrato nº 32/04, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e Carolina Ramos da Cruz Nunes Esberard e José Luiz do Prado Esberard: Objeto prorrogação de prazo. Processo nº 520/2618/08

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
Atos do Presidente
Aviso – Pregão Presencial nº 0002/2009**

OBJETO: Fornecimento de Saco Plástico para lixo; **LOCAL:** Dia 04 de fevereiro de 2009, às 10:00 horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 11º andar – Centro – Niterói – RJ.; **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto neste Pregão; **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital completo poderá ser adquirido gratuitamente através dos sites: www.niteroi.rj.gov.br ou www.imprensa.niteroi.rj.gov.br, e maiores esclarecimentos através do setor DMCB no telefone 21- 2717-1905.

Niterói, 17 de janeiro de 2009.

José Carlos da Rocha Luiz – Diretor Administrativo.

**NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A
NELTUR
Atos do Diretor Presidente**

Portarias

Tornar insubsistentes as portarias nº 057/2009 e nº 064/2009, publicadas indevidamente em 16/01/2009 (Portaria nº 066/2009).

Designar, a contar de 01.01.09, Italo Oliveira Prado na Função de Confiança de Assistente "A", FC2, da Diretoria de Turismo, em decorrência da dispensa de Marcio Augusto Leitão (Portaria nº 067/2009).

Corrigendas:

Na Portaria nº003/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê Diretoria de Administração, leia-se Diretoria de Comercialização.

Na Portaria nº014/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê: Luilli de Lima Avalone Ramalho Alberto Lage Costa, leia-se: Luilli de Lima Avalone Ramalho.

Na Portaria nº024/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê: Leonardo Rodrigo da Rocha Caldeira e Souza, leia-se: Leonardo Rodrigo da Rocha Caldeira e Sousa.

Na Portaria nº035/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê: Solange Dantas, leia-se: Solange Dantas dos Santos.

Na Portaria nº038/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê: Rosimery Vieira, leia-se: Rosemary Vieira.

Na Portaria nº045/2009, publicada em 16/01/2009, onde se lê: Luiz Caludio Ribeiro Fuly, leia-se: Luiz Claudio Ribeiro Fuly.

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO N.º 372/2008**

Instrumento: Primeiro Termo Aditivo nº 372/2008 ao Convênio nº 075/2008; **Partes:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Inspecção São João Bosco – Oratório Mamãe Margarida; **Objeto:** prorrogação da vigência por sessenta dias a contar de 1º de janeiro de 2009, sem alteração de valor; **Prazo:** sessenta (60) dias, a contar de 1º de janeiro de 2009; **Fundamento:** despachos contidos no proc. 90/0183/08, Lei 8.666/93 e suas modificações, cláusula décima do convênio original, e por toda legislação pertinente; **Data da Assinatura:** 19 de dezembro de 2008.

EXTRATO N.º 373/2008

Instrumento: Primeiro Termo Aditivo nº 373/2008 ao Convênio nº 076/2008; **Partes:** Município de Niterói, tendo como gestora a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Instituto Comunitário de Assistência e Cidadania – ICAC; **Objeto:** prorrogação da vigência por sessenta dias a contar de 1º de janeiro de 2009, sem alteração de valor; **Prazo:** sessenta (60) dias, a contar de 1º de janeiro de 2009; **Fundamento:** despachos contidos no proc. 90/0184/08, Lei 8.666/93 e suas modificações, cláusula décima do convênio original, e por toda legislação pertinente; **Data da Assinatura:** 19 de dezembro de 2008.

EXTRATO N.º 385/2008

C O R R I G E N D A

Instrumento: Onde se lê: Primeiro Termo Aditivo n.º 385/08 ao Convênio n.º 091/2008. **Leia-se:** Primeiro Termo Aditivo nº 385/08 ao Convênio nº 108/08.